



**Digressões sobre
o gênero
enciclopédico – A
Enciclopédia
Brasileira em
meio às
transformações do
campo científico
da década de 1950¹**

**Mariana Rodrigues
Tavares ²**

¹ Há um aprofundamento maior nas discussões acerca da Enciclopédia Brasileira e do próprio Instituto Nacional do Livro (INL) em minha dissertação de mestrado de mestrado intitulada “*UM BRASIL INAPREENSÍVEL?: História dos projetos da Enciclopédia brasileira do INL*”, realizada no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e defendida em 2016.

² Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: historia.mari@gmail.com

**Digressions on the
encyclopedic genre –
The “*Enciclopédia
brasileira*” amid the
transformations of
the scientific studies
of the 1950s**

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70391>

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo abordar questões a respeito do projeto editorial da *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro no decorrer dos anos 1950. Neste sentido, tem por intuito detalhar e ponderar aspectos que se dedicam a observar os membros da comissão de ciências sociais e históricas, composta pelos mais célebres intelectuais do período, ocupantes dos principais cargos em Instituições públicas brasileiras. Por fim e no bojo desses aspectos considera-se que a partir da década de 1950-60 evidenciava-se no Brasil um processo de reconfiguração do campo historiográfico ocorrido graças a circulação dos primeiros trabalhos oriundos de pesquisas das Universidades brasileiras surgidas ainda na década de 1930. Por essas razões, defende-se a tese de que o projeto da *Enciclopédia Brasileira* no decorrer da década de 1950 adquiriu um caráter puramente universitário.

Palavras-chave: Intelectuais, Projeto editorial, Enciclopédia brasileira, INL.

Abstract:

This article aims to address issues regarding the editorial project of the “Enciclopédia Brasileira” of the Instituto Nacional do Livro during the 1950s. In this sense, it intends to detail and ponder aspects that are dedicated to observing the members of the social sciences and historical commission made up of the most celebrated intellectuals of the period, occupying the main positions in Brazilian public institutions. Finally and in the bulge of these aspects it is considered that from the decade of 1950-60 it was evidenced in Brazil a process of reconfiguration of the historiographic field occurred thanks to the circulation of the first papers coming from researches of the Brazilian universities arisen even in the decade of 1930. For these reasons, the thesis is defended that the project of the “Enciclopédia Brasileira” in the course of the 1950s acquired a purely university character.

Keywords: Intellectuals, Editorial project, Brazilian encyclopedia, INL.

[...] Deixam de nos impressionar as coisas habituais. Daí o valor da leitura de [um] dicionário. Todo o povo tumultuoso da praça pública da Língua lá o encontramos individualizado, como soldados em quartel, cada um com o seu número, o seu posto, perfilados e obedientes quando os defrontamos. (Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel – Areias, 7 de julho de 1909 – In: **A barca de Gleyre**, 2010, p.206-207)

Pelo conteúdo da carta de Monteiro Lobato, vê-se que o escritor brasileiro dava importância aos dicionários. Tal preocupação e, até mesmo, uma supervalorização de obras desse gênero parece ter sido crescente no Brasil até culminar nos ensejos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, obra destinada às comemorações do centenário da independência ocorridas em 1922. Com o caráter puramente vulgarizador, a obra do IHGB ofereceu um programa informativo sobre o país nos anos 1920. Cerca de pouco tempo depois, a *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Cayrú e, posteriormente, do Instituto Nacional do Livro inseriu-se nessa conjuntura como fruto de uma época que investiu na investigação do passado para assegurar o desenvolvimento do projeto político-cultural elaborado ao longo do governo de Getúlio Vargas. A ação política varguista articulou determinados setores especializados da burocracia estatal e intelectuais, construindo programas de políticas culturais como instrumentos de representação da nacionalidade, que tiveram na leitura e na valorização do passado a sua principal forma de execução (GOMES, 2007, p.43-63).

A respeito do Instituto Cayrú sabe-se que inicialmente, sua estrutura organizacional previa uma Diretoria Técnico-Administrativa e um Conselho Superior, formada pelo diretor do Instituto, por três intelectuais, ambos escolhidos pelo presidente da República e pelo ministro da Educação, o comandante da comissão. Tomando como modelos exemplos de publicações estrangeiras, essa comissão intelectual chegou a proposições tipicamente nacionais. Argumentando a impossibilidade de execução de uma edição que se equiparasse às enciclopédias europeias, a solução cabível seria centrar-se na história do Brasil.

Reconhecendo a impossibilidade de realizar-se no Brasil, por falta de recursos materiais e culturais, uma obra compendie a generalidade de conhecimentos e se revista, ao mesmo tempo, de espírito de indagação científica, sugere a Comissão, como linhas gerais para a Encyclopædia Brasileira, os seguintes pontos de partida: I- As monographias e artigos referentes aos assumptos brasileiros ou americanos, tratados com o necessário desenvolvimento, seriam realizados por especialistas e pesquisadores capazes de acesso acentuado de originalidade e de investigação.

(...)

O recurso à compilação, só será tolerado, entretanto, se for verificada a inexistência de estudiosos capazes, de tratar do assumpto com

originalidade. Será assegurada, porém, a revisão dos artigos e monographias por especialista, da materia. Julga a comissão preferível o emprego do systema de encyclopedia-diccionario, por ser a apresentação em ordem alphabetica dos assumptos, sem a menor duvida, a forma mais accessivel ao publico medio brasileiro¹.

Além das características restritas à temática brasileira, a comissão ainda destacou a classificação dos assuntos da *Enciclopédia* nos seguintes grupos: 1) artes technicas; 2) artes liberaes; 3) bellas artes; 4) letras; 5) economia; 6) pedagogia; 7) política; 8) direito; 9) sociologia; 10) historia; 11) geographia; 12) ethnologia; 13)anthropologia; 14) archeologia; 15) ecologia; 16) botanica; 17) mineralogia; 18) geologia; 19) mathematica; 20) physica; 21) chimica; 22) biologia; 23) logica; 24) physiologia; 25) cosmologia; 26) ethica; 27) metaphysica e 28) religião. Esse arcabouço estrutural da *Enciclopédia brasileira* demonstra o fato de que esta obra procurava, não apenas, atender ao projeto político nacionalista de Getúlio Vargas, mas tinha a intenção de dotar o país de uma obra voltada também aos interesses educacionais do período, advogados com a necessidade de se educar a população. Sendo assim, afirmava-se, em 1936, que a finalidade da *Enciclopédia Brasileira* foi a:

(...) de suprir as deficiências apresentadas pelas enciclopédias e obras gerais estrangeiras em assuntos que interess[ass]em de perto ao homem culto e ao trabalhador intelectual brasileiro. Portanto, ei no momento o instituto concentrar seus esforços na organização de um léxico brasileiro (que poderá obedecer aos moldes do Webster's New International Dictionary) e de um **dicionário** de geografia, de história, de etnografia, de biografia, de bibliografia do Brasil, poder-se-á realizar, em tempo relativamente curto, uma obra que virá preencher a lacuna tão profundamente sentida por todos os intelectuais brasileiros (grifos meus).

No mesmo texto em que discutiam como proceder com a *Enciclopédia Brasileira*, as principais sugestões apresentadas propunham a execução do plano da seguinte maneira:

- (a) permitir, com o mesmo dispêndio e em tempo mais curto, a realização de uma obra de alto valor cultural;
- (b) fornecer, dentro do prazo relativamente breve, volumes de preço muito mais acessível, os quais, combinados com as grandes enciclopédias estrangeiras, formarão um conjunto onde o homem culto brasileiro encontrará uma resposta às indagações de seu espírito e um elemento de trabalho e de pesquisa;

¹Para maiores detalhes ver: Fundo Gustavo Capanema – CPDOC/FGV.

- (c) fornecer uma base necessária à organização de uma enciclopédia brasileira, que, com esses elementos e quando se dispuser dos recursos necessários, poderá assumir um caráter realmente satisfatório e uma cultura superior;
- (d) fornecer uma fonte de documentação que seria consultada e aproveitada na elaboração de futuras edições das enciclopédias estrangeiras, e que viria concorrer para melhor divulgação mundial dos assuntos nacionais².

Foi com esse programa de edição que o Instituto Cayrú se instalou, em janeiro de 1937, na Biblioteca Nacional³. No mesmo ano, um pouco mais tarde quando da criação do INL, algumas medidas foram tomadas a propósito de suas funções. Continuando a atender os pressupostos do Plano Nacional de Educação que estavam previstos na Constituição desde 1934, ao Instituto Nacional do Livro coube a incumbência de cuidar da educação extracurricular. O texto da Constituição definia que era competência da União fixar o Plano Nacional de Educação, “compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução, em todo o país”⁴. Dito em outras palavras, o Instituto Cayrú, depois expandido em Instituto Nacional do Livro foi criado para atender as demandas do Plano Nacional de Educação que estavam em voga com as políticas públicas do período Vargas-Capanema.

Tal qual previa a lei, essa modalidade de educação deveria ser ministrada pelos poderes públicos, pela família e por instituições privadas. Destacava-se a importância de publicações originais de livros, revistas ou jornais e o estabelecimento de bibliotecas permanentes e circulantes. Além disso, previa-se também a instalação de cursos de biblioteconomia⁵ e de remessas regulares e gratuitas de publicações culturais. Nesse sentido, as justificativas para a implantação do Instituto Nacional do Livro apoiavam-se num duplo objetivo: desenvolver a educação extracurricular e editar a *Enciclopédia Brasileira*⁶. No decorrer do primeiro semestre de 1939, Mário de Andrade intensificou as negociações com o

²Para maiores detalhes ver: Fundo Gustavo Capanema – CPDOC/FGV.

³Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República, lata 32, documento intitulado Plano para o Instituto Cayrú.

⁴Para maiores detalhes ver: CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936-1937. *Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 396-424, jul./dez. 2015.

⁵A respeito das bibliotecas públicas e da instalação do curso de Biblioteconomia surgidas no país a partir da criação do Instituto Nacional do Livro e também das políticas públicas de promoção da leitura ver além de (SILVA, 1992) os seguintes trabalhos: ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002; BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). *Matrizes*, ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246 e FONSECA, Edson Nery da. O Negócio das Enciclopédias. *Revista de Ciência da Informação*, v.1, n.2, 1972, p.91-98.

⁶Para maiores detalhes ver: SILVA, 1992, p.32.

ministro Gustavo Capanema para obter uma posição na burocracia estatal⁷. Até este ponto, o ano de 1939 havia sido complicado para o poeta. A Universidade do Distrito Federal (UDF), local onde Andrade lecionava, foi fechada após as denúncias da presença comunista no quadro de professores. Com o fim da instituição, a situação de Mário de Andrade se complicara ao ponto de reatar as negociações com Capanema para a função à frente do serviço público. E a partir daí obteve a vaga a de consultor técnico do Instituto Nacional do Livro e encarregado da preparação do anteprojeto de uma *Enciclopédia brasileira*.

O projeto da *Enciclopédia* não foi uma criação direta de Mário de Andrade, mas concentrava muitas de suas preocupações. A vinda para o Instituto Nacional do Livro significava, não só, a remediação necessária dos problemas financeiros, mas também a possibilidade de se manter na autoria de importantes projetos culturais. Para muitos a chegada do poeta a capital federal foi fruto da sua ambição política de levar “o Brasil ao Brasil” e cumprir a promessa fundadora do movimento modernista de direcionar o país para o contexto mundial (BOMENY, 2012, p.107). Além disso, não há como ignorar o próprio projeto político do Estado Novo que teve na ação dos intelectuais o meio para promover seu objetivo de nacionalizar o país, como já mencionado antes. Distanciando-se da noção de cooptação pode-se afirmar que assim como Mário de Andrade e outros intelectuais, a geração modernista foi “a mediadora da transição que se iniciara nos anos 20 e se completava nos anos 40. Os modernistas adequaram-se magnificamente bem à tarefa, tanto porque reinstauravam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo” (GOMES, 1996, p.139).

Nesse sentido, garantida a vaga na consultoria, a *Enciclopédia brasileira* do Instituto Nacional do Livro teve seus primeiros contornos definidos por Mário de Andrade.

Por essas razões, o caráter nacional imprimiu o perfil da *Enciclopédia* em seus primeiros anos. Ao sugerir aumentar a quantidade de linhas aos verbetes nos quais os aspectos brasileiros fossem tratados, Mário de Andrade e o Instituto Nacional do Livro procuravam oferecer ao Brasil uma obra que o universalizasse, e principalmente, que lhe conferisse uma identidade.

Nesse sentido, à *Enciclopédia Brasileira* atribuem-se as origens do projeto nacionalista de Getúlio Vargas, contudo ainda são escassas as informações sobre a mesma quando o foco de análise a aborda durante a década de 1950 e, principalmente, quando se trata da mudança de concepção em seus objetivos e o que se atribui como o escopo do Brasil. Nas próximas linhas a abordagem procura destacar de que maneira os processos de

⁷ Antes de 1939, as negociações Andrade-Capanema também estiveram no âmbito do próprio Departamento de Cultura de São Paulo. Diante dos novos rumos tomados com a mudança do prefeito de São Paulo, cartas foram trocadas com o intuito de rever a situação do Departamento de Cultura “ameaçado” de extinção com a nova configuração política. Para maiores detalhes ver: Carta a Gustavo Capanema, 10-V-1938. O Departamento é o meu túmulo. Vide, ANDRADE, 2015, p.320.

institucionalização do campo científico, em especial, o historiográfico, decorrentes das transformações experimentadas a partir da década de 1950, incidiram na atuação dos intelectuais do Instituto Nacional do Livro responsáveis pela elaboração da *Enciclopédia brasileira*.

Os anos 1950: a década das mudanças

A Enciclopédia Brasileira, que dedicará ao conhecimento científico papel relevante em suas páginas, pretende focalizar a dimensão prospectiva, sem prejuízo do inventário retrospectivo de importantes aquisições. Mas é preciso não esquecer que o nosso objetivo consiste em **atender às necessidades culturais do estudante de nível universitário**. (Diretrizes para a Enciclopédia Brasileira, 1957. Grifos meus)

“Atender às necessidades culturais do estudante de nível universitário”. Em 1957 as diretrizes fundamentais do Instituto Nacional do Livro para a edição da *Enciclopédia Brasileira* orientavam os trabalhos para a composição de uma obra que contemplasse o público universitário. Sobre essa mudança principal cabem alguns questionamentos. Qual é o espaço social das universidades? Qual é o papel desempenhado pelo ensino universitário no Brasil?

O trecho que compõe as diretrizes para a edição da *Enciclopédia Brasileira* exemplifica a consolidação de um projeto de expansão das universidades públicas no Brasil iniciado nos anos 1930. Argumenta-se que nos anos 1950, os primeiros resultados da produção acadêmica já circulavam pelo território nacional e, cada vez, mais o Brasil tinha carência de produzir uma obra que atendesse ao novo público que se formava (VENANCIO, 2016).

Para alguns, a explicação acerca do Brasil dos anos 1950 se traduz na definição de uma *sociedade em movimento* devido às transformações decorrentes dos processos acelerados de industrialização e urbanização que o marcaram. Nesse sentido, a imagem de uma sociedade em movimento conferiu um sentido à busca do ideal de uma época marcada pelo progresso, pelo auto-aperfeiçoamento e aperfeiçoamento do mundo social, pela reorientação de valores, interesses, condutas e instituições (BOTELHO, 2008, p.15).

No caso específico da *Enciclopédia Brasileira* do Instituto do Livro apesar do escopo do novo projeto estar pautado no atendimento a uma recente categoria de público especializada, os universitários, os preparativos para a obra contaram com a direção de intelectuais majoritariamente formados pelo curso de Direito. Tal assertiva pode ser verificada na formação intelectual e profissional de seus membros e, principalmente, no

papel que desempenharam. Para além disso, há outros aspectos que precisam ser destacados. Sabe-se hoje que o Instituto Nacional do Livro jamais publicou uma edição da *Enciclopédia Brasileira*. Contudo, cabe-nos a retomada do questionamento inicial: qual é o lugar das Universidades? Não há nelas, o lócus privilegiado da produção especializada? Não estaria a *Enciclopédia* funcionando como um modelo obsoleto de produção bibliográfica? Já não haveria o seu *tempo* ultrapassado?

Apesar de criadas desde os anos 1920 com o projeto da UDF, as Universidades surgiram com mais intensidade no período de maior centralização do poder do Estado, seus resultados concretos só puderam ser percebidos na década de 1950. Nesse processo de especialização além das instituições de ensino superior, outros órgãos dedicados ao investimento das pesquisas universitárias emergiram, tais como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) criada em 1948; o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); da primeira faculdade de Administração Pública, a EBAP; em 1951 do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A respeito desta última são necessárias mais algumas considerações. Na década de 1950 o Brasil contava com apenas cerca de pouco mais de 60 mil alunos no ensino superior e a pós-graduação era inexistente. A Capes surgiu em 1951 por meio do decreto nº 29.741 inicialmente como uma comissão destinada a promover o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. Pouco tempo mais tarde em 1953, a Capes implantou o Programa Universitário, cuja característica comum foi a contratação de professores seniores para a dinamização das atividades acadêmicas. Mais tarde, a agência desenvolveu um programa de concessão de bolsas para a consecução das pesquisas, se tornando uma das maiores instituições financiadoras. Além das agências de fomento é válido destacar a criação da há de se tomar nota da fundação da ABNT em 1955. No cerne do processo de promoção da ciência no Brasil, foi necessário o surgimento de uma entidade devotada à normalização científica. Daí emergiu a Associação Brasileira de Normas Técnicas⁸, a ABNT, também fruto de uma época de transformações na área da ciência que a partir de então precisava ser normalizada.

Intentando a edição de uma obra particularmente voltada para o público universitário e especializada, o arcabouço da *Enciclopédia Brasileira* de 1956 dividia-se nas seguintes áreas: 1- Filosofia e Linguística; 2- Filosofia; 3- Lógica; 4- Ciências Físicas; 5- Ciências Naturais; 6- Ciências Históricas e Sociais; 7- Artes e Literatura; 8- Organização, Economia e Administração e 9- Diversos⁹. A principal modificação do plano de 1956 em relação ao de 1937 reside na própria concepção de ciência que passou a se subdividir em inúmeros itens e especialidades no processo de formatação da obra. Essas transformações foram originárias

⁸Para maiores informações sobre o processo de normalização científica e documental ver: RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. *Perspect. Cienc. inf.*, Belo Horizonte, v.3, n.2, jul./dez.1998, p.147-156. Para maiores informações sobre a Capes e o CNPq ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Orgs.). *Capes, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC*. CPDOC/FGV e Capes. 2001.

⁹Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

de um período no qual todas as disciplinas estavam se especializando e novas áreas do conhecimento surgindo. Nesse âmbito, a questão da *Enciclopédia* deixava de ter como escopo a escrita de uma obra que abarcaria “todo” o conteúdo a respeito do Brasil para dar lugar àquilo que poderia interessar a uma formação mais geral sobre o mundo. Do particularismo brasileiro, passou-se ao universalismo.

Além disso, o plano também previa que a obra contivesse, de maneira detalhada, as áreas do currículo educacional seguindo a classificação temática:

Generalidades: obras gerais, bibliotecas, coleções, academias.
Particularidades – Manuscritos – Livros. Assuntos de caráter geral ou de classificação difícil;
Religiões: Animismo – fetichismo – magia – mitologia – cristianismo – budismo – islamismo;
Filosofia;
Ciências Puras: Matemática, astronomia, cronologia, física, meteorologia, química, mineralogia, geologia, oceanografia, biologia, antropologia, paleontologia, botânica, zoologia.
Ciências Aplicadas: medicina, anatomia, fisiologia, farmácia, agricultura, agropecuária, veterinária, engenharia, siderurgia, hidráulica, eletricidade, fábricas, motores, automóveis, aeronáutica, construções, materiais, instalações, transporte, navegação, estradas, economia doméstica, artefatos, objetos de uso, comércio, ofícios, profissões, exército, marinha, guerra e defesa.
Belas Artes: arquitetura, urbanismo, paisagem, artes plásticas, decoração, teatro, dança, música, rádio, esportes, jogos.
Literatura – Poesia.
Geografia – Viagens.
História Universal: acontecimentos, arqueologia, heráldica, personagens, biografias.
Ciências Sociais: economia, política, direito, Estado, governo, administração, estatística, educação, ensino, higiene, assistência, previdência, associações, etnografia, costumes, folclore¹⁰.

Mesmo diante de um arquétipo que se assemelhava a divisão de áreas do conhecimento e que parecia atender as demandas exigidas pela *sociedade em movimento* dos anos 1950, a *Enciclopédia Brasileira* enfrentou disputas internas que ilustram as diferenças que estavam distinguindo os lugares sociais entre as produções das universidades cariocas e as de São Paulo. Junto delas, tem-se também, o espaço social desempenhado pelos intelectuais que ocupavam cadeiras dentro e fora das universidades.

¹⁰ Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

Em 1958 o cenário dos debates se esquadrihava e no espaço da troca de correspondências, os impasses se evidenciavam. Paulo de Assis Ribeiro¹¹, consultor técnico da obra, apelava para outros funcionários:

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1958

Caro Tarcisio,

Talvez, as condições atuais do problema da Enciclopédia, e, em especial, as ligadas à necessidade de sua atuação na Enciclopédia, não lhe tenham sido formuladas com precisão.

O nosso problema é salvar as posições-chaves; isto é, evitar que pessoas com orientações tendenciosas venham ocupar função num setor tão importante como filosofia, religião e educação.

Não podíamos propor, para essa Comissão, um sacerdote, pois tal atitude poderia parecer acintosa; como sabe, precisávamos de um leigo e a renovação de sua indicação ao Ministro se impôs; seu nome já saiu publicado no Diário Oficial como representante da Comissão e, apareço, na Comissão central coordenadora.

Sei que você está sobrecarregado de trabalho e não lhe quero pedir um trabalho suplementar. O que peço, é que você compareça a umas reuniões para não dar a impressão que não contamos com um bom elemento; e, isto seria grave para nós porque, por um lado, **o ISEB está fazendo tudo para tomar a Enciclopédia e por outro, o Ministro seduzido pelo ISEB que já tem um filósofo engatilhado para introduzir na Enciclopédia** (Álvaro Vieira Pinto).

Se você não puder colaborar, ainda que formalmente, durante um certo período, não poderei mais sustentar a situação e não será fácil impedir a inclusão de elemento indesejável.

Sei que D. Helder dá suma importância ao assunto.

Em conversa, poderei explicar melhor a situação e, estou certo de que o convencerei de sua possibilidade de dar a colaboração preciosa que todos esperam de você¹². (grifos meus).

O “conteúdo preocupado” desta carta é revelador. Segundo o autor, estaria o ISEB interessado na direção da *Enciclopédia* e na sua consequente publicação. E mais. Havia a indicação do nome de Álvaro Vieira Pinto como dirigente da parte de filosofia.

¹¹Um pouco sobre a trajetória política de Paulo de Assis Ribeiro pode ser vista no artigo: ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. *SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p. 221-239.

¹²Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

Mesmo possuindo uma formação na área da Medicina, a partir da década de 1950, Álvaro Vieira Pinto havia se dedicado integralmente à Filosofia, assumindo inclusive a cadeira de história da filosofia na própria FNFi. Tempos depois se direcionou cada vez mais para a área filosófica ao se tornar chefe do Departamento de Filosofia do recém-criado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No ISEB publicou a coleção “*Textos de Filosofia Contemporânea do ISEB*” e lançou a *Consciência e realidade nacional*, sua principal obra¹³.

Além da inserção dos novos membros, a observação é duplamente curiosa. É possível afirmar isso porque em primeiro lugar há uma disputa de conteúdos que deveriam compor a obra. De um lado, a concepção religiosa e de outro a divulgação das ciências sociais. O tom “alarmado” de Paulo de Assis Ribeiro reflete a sua própria posição política, pois entre décadas de 1940-70, sua atuação ficou conhecida como uma das mais destacadas na articulação dos círculos *tecno-empresariais* que se opuseram ao governo, especialmente, no período pré-golpe de 1964. Mais tarde, Assis Ribeiro se filiou ao IPÊS¹⁴ do Rio de Janeiro. Vindo de uma formação em engenharia, Paulo de Assis tentou viabilizar um projeto mais tecnicista para a *Enciclopédia*.

Sobre o ISEB, algumas ponderações são ainda necessárias. Como é de amplo conhecimento, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 1955 (Decreto nº 57.608) por João Café Filho durante a conjuntura de suicídio do presidente Getúlio Vargas. A ideia que orientou a fundação do ISEB¹⁵ estava pautada na intenção de se formar uma cúpula de assessores do governo, tendo como princípio de discussão os pressupostos da ideologia nacional-desenvolvimentista¹⁶.

A principal “ameaça” provocada pelo ISEB à *Enciclopédia* estaria no plano de orientação da edição da obra, retirando do INL a função de organizá-la. Ao ISEB cabia o papel de elaboração de uma ideologia desenvolvimentista afinada com o programa governamental de Juscelino Kubitschek¹⁷. O que antes pertencia do Instituto do Livro, isto é, o lugar

¹³Para maiores informações sobre Álvaro Vieira Pinto ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alvaro_vieira_pinto. Acesso em 14 jan.2016.

¹⁴Sobre o IPÊS ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudios_Sociais. Acesso em 20 jan.2016.

¹⁵O ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). O IBESP congregou o núcleo de intelectuais radicados no Rio de Janeiro e composto pelos nomes de: Hélio Jaguaribe; Álvaro Vieira Pinto; Cândido Mendes; Alberto Guerreiro Ramos; Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. Sobre o ISEB ver: SODRÉ, Nelson Werneck. A verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro: Avenir Editora, Coleção Depoimento, 4. Vol, 1978; TOLEDO, Caio Narravo de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2.ed., 2. Impressão. São Paulo: Ática, 1982 e BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.47, n.1, 2004, p.49-84.

¹⁶Para maiores detalhes ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em 17 abr.2015.

¹⁷De acordo com o pesquisador Caio Navarro de Toledo, o presidente Juscelino Kubitschek assim definiu a tarefa do ISEB em 1956: “formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento.” Ver: TOLEDO, 1982, p. 32. Além de Caio Navarro de Toledo, Lúcia Lippi destaca que o ISEB assumiu a “necessidade de uma ideologia do desenvolvimento, sem a qual não haveria um verdadeiro processo

legitimado da “escrita” sobre o Brasil, estaria ameaçado nos anos de 1950, por um instituto superior dedicado aos estudos brasileiros, pois neste momento, segundo Giselle Venancio¹⁸, o ISEB foi ao lado da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), uma das instituições mais destacadas no campo intelectual das Ciências Sociais no Brasil (FURTADO, A; VENANCIO, G, 2013). Junto com o cenário dos conflitos “isebianos”, há de se tomar nota de alguns outros aspectos.

Neste pequeno ensaio já foi defendida a assertiva de que a partir dos anos 1950 iniciava-se um processo de especialização advindo da criação dos cursos universitários juntamente com as mudanças estruturais experimentadas pelos anteprojetos da *Enciclopédia Brasileira* do INL. Sendo assim, cabe observar a formação dos membros das comissões que compunham as áreas do conhecimento responsáveis por editar elaborar os verbetes que comporiam a organização da referida obra.

A pesquisa que aqui nos interessa debruça-se a respeito dos intelectuais que compuseram a Comissão de História da Enciclopédia e qual o papel desempenhavam no campo historiográfico que se formava naqueles anos. Para tanto, tem-se a necessidade de verificar a trajetória de cada um deles e observar a atuação na área da História. Diante disso, toma-se nota dos nomes dos intelectuais que pertencentes a Comissão de Ciências Históricas e Sociais, Geografia, História, Sociologia, Demografia, Economia política, política, imprensa, Ciências Jurídicas, recreação). A saber foram: Arthur Rios, Hélio Viana, Américo Lacombe, Giorgio Mortara, Francisco Clementino Santiago Dantas, Prudente de Moraes Neto e Mario Filho. Dentre eles, há uma característica comum. Dos sete membros da comissão, cinco deles tem formação na área de Direito e os outros dois com formação na área de Sociologia e Jornalismo. Os nomes de Américo Jacobina Lacombe, Hélio Viana, Prudente de Moraes Neto, Santiago Dantas e Giorgio Mortara são todos ligados ao Direito e a História. Esta última mais diretamente ligada às trajetórias de Américo Lacombe e Hélio Viana através dos cargos docentes e cátedras nas áreas de História. Além disso, o nome de G. Mortara esteve presente também em outra instituição: o IBGE do qual esteve ligado ao Conselho Estatístico.

Em meio a essas questões percebe-se que as trajetórias cruzadas desses “homens de lei” foram definitivas para a construção dos saberes historiográficos no Brasil. Formados em Direito, ocupantes de cargos públicos a frente de Instituições governamentais, a atuação desses intelectuais revela que com o passar dos anos e com o crescente processo de institucionalização das universidades, estas se tornaram um *lócus* privilegiado de uma produção tipicamente historiográfica, estando com isso, a *Enciclopédia* num patamar ultrapassado do gênero de escrita. Muitos desses intelectuais seguiram, posteriormente, a

de mudança social.” Para maiores detalhes ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.252-253.

¹⁸A respeito dessa discussão ver: VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972)*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23.

trajetória das universidades. Contudo, o deslocamento da produção, cada vez mais, foi pautado na produção oriunda da Universidade de São Paulo, a USP, espaço privilegiado da produção e lócus não ocupado por esses intelectuais. Tendo conhecimento da extinção da Seção da *Enciclopédia* em 1973 pode-se supor que a organização de uma obra elaborada por intelectuais distanciados do lócus da USP contribuiu para o projeto fosse suspenso e que as disputas entre Rio de Janeiro e São Paulo acentuadas desde os primórdios, distanciassem cada vez mais para São Paulo.

Para o caso específico da *Enciclopédia*, não apenas a projeção que a produção dos historiadores da USP estavam angariando já se refletia desde meados dos anos 1950. Há uma documentação disponível no fundo Paulo de Assis Ribeiro que demonstra a intenção de institucionalizar a *Enciclopédia Brasileira* e transferi-la para o estado de São Paulo. As informações que se dispõem sobre esta fundação são ainda raras. Reduzem-se apenas a um esboço da fundação e as suas características. O documento está no fundo de Paulo de Assis Ribeiro no Arquivo Nacional.

Mais do que institucionalizar a *Enciclopédia*, o plano revela as intenções de transformar a obra numa edição cada vez mais paulista e universitária. Abaixo seguem alguns detalhes:

A Fundação Enciclopédia Brasileira será localizada na cidade de São Paulo. Constituirá inicialmente um conjunto de três instituições, distribuídas da seguinte maneira: 1) Instituto de Altos Estudos; 2) Instituto de Eletrotécnica; 3) Instituto de Economia Rural.

- INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

O I.A.E. pretende realizar o que as nossas universidades não conseguiram até agora sequer iniciar em nosso país. Trata-se de preparar técnicos e especialistas nos diversos setores do conhecimento através de cursos que forneçam desde as noções elementares até o ensino de nível mais elevado possível. A nova instituição manterá cursos que abrangem a matemática, a física, a química, a biologia, a psicologia, a economia, a sociologia, a história e a filosofia.

- INSTITUTO DE ELETROTÉCNICA

O Instituto de Eletrotécnica, assim como o Instituto de Economia Rural, não disporá de aparelhagem especializada, podendo porém, estabelecer convênios com a **Universidade de São Paulo** para o efeito de se utilizar dos seus laboratórios. O objetivo dos cursos mantidos pelo I.E. e pelo I.E.R. consiste, sobretudo, em debater os problemas relacionados com a aplicação a indústria dos novos métodos e processos elaborados pela ciência teórica ou experimental.

- INSTITUTO DE ECONOMIA RURAL

O que o Instituto de Eletrotécnica representa para a Indústria, o Instituto de Economia Rural representa para a agricultura. Os cursos do I.E.R., sob forma de seminário, permitirão o amplo debate de questões que se relacionam com a assistência técnica aos pequenos e grandes lavradores. A divisão do Estado de São Paulo nas regiões ou zonas de produção permitirá empreender, em moldes completamente desconhecidos, a tão esperada reforma agrária.

Eis porque a Fundação Enciclopédia Brasileira, integrando os diferentes institutos, está fadada a exercer a mais duradoura influência sobre o sistema educativo e a formação cultural do nosso povo¹⁹ (grifos meus).

O esboço de criação é curioso. Mesmo não datado revela a maneira pela qual a imposição do discurso científico das universidades, e particularmente da USP, a partir dessa época passou a legitimar a própria concepção da obra. E mais. O fato de se deslocar a *Enciclopédia* do Rio para São Paulo, mais especificamente, para a USP, demonstra os processos de especialização dos conhecimentos que os intelectuais paulistas realizavam, além do poder institucional dessa universidade (FURTADO, 2014). Além disso, a intenção de se criar um instituto de eletrotécnica e de economia rural são bons indícios do que seria a gestão de Paulo de Assis Ribeiro no IPÊS na década de 1960 quando foi formado o grupo de empresários contrário à proposta de reforma agrária de João Goulart e articulador do golpe de 1964.

Ao que tudo indica, essas disputas entre Rio e São Paulo motivaram o rompimento de Paulo de Assis Ribeiro, associado ao grupo paulista, com o projeto. Sua saída, certamente, foi prioritariamente condicionada por esse debate de concepções e não apenas por motivos de saúde e da corrupção de alguns funcionários.

No que tange os intelectuais, ao se mapear os demais nomes vê-se que foram membros das comissões depara-se com nomes conhecidos do universo católico, do movimento integralista, da filosofia e da história. Os nomes são: Euryalo Cannabrava como presidente comissão central; Paulo de Assis Ribeiro como coordenador e figura tecnocrata; Fernando de Bastos d'Avila (padre), Coronel Figueiredo, Armando Hildebrand, Yolanda Monteiro como secretaria, Antonio Houaiss na comissão de filologia; Celso Cunha na mesma comissão; Afrânio Coutinho, Otávio Melo Alvarenga e José Galante na comissão de literatura e artes Na comissão de atividades econômicas e sociais vê-se René Laclette, Paulo Sá e Manoel José Ferreira; na comissão de economia e administração João Paulo de Almeida Magalhães, Wanderbilt Duarte de Barros e Ostand Cardim, na comissão de ciências naturais Leonam Azevedo Pena, Othon Henry Leonardes e Carlos Chagas Filho. Há de somar a entrada

¹⁹ Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

posterior de Miguel Reale²⁰ na comissão de religião da *Enciclopédia*. Sem dúvida, estivemos diante de um quadro composto por conservadores católicos e tecnocratas na administração e organização da *Enciclopédia*.

Os nomes dos personagens que compuseram as comissões da *Enciclopédia* foram, em sua grande maioria, pessoas ligadas às antigas instituições que legitimavam o campo dos conhecimentos antes do advento científico promovido pelas universidades a partir da década de 1950. Com o passar dos anos, as próprias mudanças internas promovidas por gestores foram, aos poucos, minando o espaço dos intelectuais tradicionais para a entrada daqueles que pertenciam às universidades. São exemplos desse processo, além das disputas acima destacadas, o convite feito a professores de universidades estrangeiras para atuarem em colaboração com a edição da *Enciclopédia*. A pedido de Euryalo Cannabrava, chefe da Seção da *Enciclopédia* na década de 1950, alguns intelectuais mexicanos, cubanos e paraguaios remetiam respostas solicitando maiores informações sobre a obra.

Algumas considerações precisam completar estas linhas. O gênero de publicação cujo formato assumiu os contornos da *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro foi perdendo na década de 1950 o perfil de uma obra que capaz de conferir ao Brasil um estudo aprofundado. A tendência verificada no Brasil a partir da década de 1950 esteve residente numa espécie de produção, cada vez mais, pautada na autoridade científica da Universidade. Pode-se supor que uma nova concepção de ciência estava sendo formada e que estava em processo a genealogia de uma nova tradição apartada dos antigos circuitos institucionais.

Além disso, a partir da articulação intelectual dos anos 1950-60 viu-se uma identificação entre a arte e a ciência aplicada, isto é, a ciência compreendida enquanto uma aproximação das atividades educacionais e da ciência praticada. Segundo Libânia Xavier “[intelectuais como Anísio Teixeira] Teixeira enfatizou a distinção entre campo de aplicação do conhecimento e atividade de produção científica. Ele definiu o campo da aplicação prática como um sistema concreto e limitado no qual os conhecimentos científicos deveriam sofrer um processo de ajuste e adaptação à situação. Dessa forma, a aplicação dos dados da ciência não resultaria em produção de conhecimento científico, mas na configuração de uma regra de arte, ou seja, em uma regra de prática” (XAVIER, 2000, p. 4).

Com isso, estava em curso um processo de renovação no campo científico e cujo tempo social já havia passado para os gêneros literários formatados numa edição de *Enciclopédia*. Dito em outras palavras, o *tempo* se modifica a partir das relações entre o *habitus* e o mundo social, entre as disposições do ser e do fazer e as regularidades do mundo social e natural (BOURDIEU, 2001, p.256). Nesse sentido, a partir da década de 1950, iniciava-se o tempo das Universidades, destacando-se, sobretudo, o período das produções acadêmicas uspianas. Mais tarde, a cristalização desse momento ocorreu com a criação dos cursos de Pós-graduação ao longo dos anos 1970. Nessa mesma década, a Seção da

²⁰ Nos anos 1970 com a instalação do programa de coedições, alguns desses intelectuais também ocupariam cargos de pareceristas das obras submetidas.

Enciclopédia foi extinta e o Instituto Nacional do Livro direcionou-se, cada vez mais, para o processo das coedições de livros. Sendo assim, à *Enciclopédia brasileira* coube o descompasso entre a história do jogo social que estava em processo de redefinição de suas regras e de estabilização do discurso acadêmico universitário (BOURDIEU, 2001, p.262).

Artigo recebido em 17 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 21 out. 2017.

Referências

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). *Matrizes*, ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.47, n.1, 2004, p.49-84.

BOURDIEU, Pierre. O ser social, o tempo e o sentido da existência. In: *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.253-300.

BOTELHO, André. Ciência pelo desenvolvimento: a escrita pública de José Leite Lopes. In: BOTELHO, André; VILLAS BÔAS, Glaucia. (Org.). *O Moderno em questão*. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2008, p.271-309.

Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel – Areias, 7 de julho de 1909 – In: *A barca de Gleyre*, 2010, p.206-207.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936-1937. *Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 396-424, jul./dez. 2015.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro*. *SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p. 221-239.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade do Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, editora UFPR, n.28, 2006, p.17-36.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil: das origens à construção. 2.ed.rev.e ampl.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Orgs.). *Capes, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC.* CPDOC/FGV e Capes. 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 20-21.

FONSECA, Edson Nery da. O Negócio das Enciclopédias. *Revista de Ciência da Informação*, v.1, n.2, 1972, p.91-98.

FURTADO, A.C. *As edições do cânone.* Da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). 2014. 248f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.252-253.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. *Perspect. Cienc. inf.*, Belo Horizonte, v.3, n.2, jul./dez.1998, p.147-156.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. *Estudos Avançados*, vol. 20, n.56, jan./abr. 2006, p.161-189.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB.* Rio de Janeiro: Avenir Editora, Coleção Depoimento, 4. Vol, 1978.

TOLEDO, Caio Narravo de. *ISEB: fábrica de ideologias.* 2.ed., 2. Impressão. São Paulo: Ática, 1982.

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972).* *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 – 23.

VENANCIO, Giselle Martins. *Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação.* In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Ramos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

XAVIER, Libânia Nacif. *A EDUCAÇÃO NO DEBATE INTELECTUAL DOS ANOS 50/60*. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação – 6 a 9 de novembro de 2000. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/082_libania.pdf Acesso em 16 out. 2017.